



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO/PR EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 14 DE 2018

ADVOGADO



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões, você receberá do fiscal de sala uma folha destinada às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **4 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Iniciadas as provas, o candidato somente poderá retirar-se da sala após decorridos **60 (sessenta) minutos** do tempo da Prova Objetiva e, em hipótese alguma, levará consigo o caderno de provas.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos.
- Levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.
- Portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, walkman, agenda eletrônica, notebook, netbook, palmtop, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, protetor auricular, MP3, MP4, controle de alarme de carro, pendrive, fones de ouvido, Ipad, Ipod, Iphone etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o cargo do caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, **CARGO**, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas folhas de respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar as folhas de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala.
- Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente podendo ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. De acordo com a Lei Federal nº 8.429/92, o prazo prescricional das ações destinadas a sancionar os atos de improbidade administrativa é de

- A) três anos.
- B) cinco anos.
- C) dez anos.
- D) vinte anos.

02. Assinale abaixo a prática que não representa ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao Erário nos termos da Lei Federal nº 8.429/92:

- A) Agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda.
- B) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- C) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- D) Agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

03. O tombamento constitui forma de intervenção do Estado na propriedade, buscando a proteção e a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural. Nesse cenário, é correto afirmar que tal instituto pode incidir:

- A) Sobre bens, serviços ou direitos.
- B) Apenas sobre bens privados.
- C) Apenas sobre bens móveis.
- D) Sobre bens móveis ou imóveis.

04. Analise os itens abaixo acerca das formas de intervenção do Estado na propriedade privada:

- I. Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação;
- II. A servidão administrativa é exemplo de forma supressiva de intervenção do Estado na propriedade;
- III. O tombamento de ofício é aquele que recai sobre bens particulares;

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) I somente.
- B) II somente.
- C) III somente.
- D) I e III somente.

05. Preencha corretamente a seguinte lacuna: “O controle _____ se verifica, por exemplo, quando o Tribunal de Contas julga as contas dos gestores do Poder Executivo”.

- A) finalístico.
- B) preventivo.
- C) provocado.
- D) externo.

06. No caso de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, a competência declaratória é

- A) exclusiva da união.
- B) apenas dos municípios.
- C) apenas dos estados e distrito federal.
- D) comum à união, aos estados, ao distrito federal e aos municípios.

07. Sobre as agências reguladoras, assinale a alternativa correta:

- A) Fiscalizam as agências reguladoras apenas os serviços privatizados pelo Poder Público.
- B) Embora detenham o poder regulador para editar normas técnicas nas áreas em que atuam, as agências reguladoras não possuem personalidade jurídica própria.
- C) As agências reguladoras são sempre entidades que integram a Administração Pública Indireta.
- D) As agências reguladoras podem ser pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado.

08. De acordo com a doutrina administrativista, é possível afirmar que são modalidades de parceria público-privada

- A) a concessão e a permissão administrativas.
- B) a concessão patrocinada e a concessão administrativa.
- C) a permissão administrativa e a autorização patrocinada.
- D) a permissão administrativa e a concessão patrocinada.

09. Em respeito ao regime previdenciário do servidor público, assinale a alternativa correta:

- A) Na aposentadoria por invalidez, os proventos serão integrais, independentemente do tempo de contribuição.
- B) A aposentadoria compulsória será com proventos integrais, aos 70 (setenta) anos de idade, na forma de lei complementar.
- C) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- D) A aposentadoria compulsória será apenas aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

10. De acordo com a Lei nº 8.666/93, assinale abaixo o que pode ser considerado uma modalidade de licitação:

- A) Melhor técnica.
- B) Empreitada integral.
- C) Registro de preços.
- D) Concurso.

11. O ato administrativo resultante da declaração de vontade de apenas um órgão da administração pública, mas cuja composição seja colegiada, é considerado:

- A) Ato simples.
- B) Ato composto.
- C) Ato complexo.
- D) Ato plúrimo.

12. Assinale a alternativa incorreta sobre o controle interno da Administração Pública:

- A) O controle de legalidade e o controle de mérito estão inseridos na prática do controle interno da Administração Pública.
- B) De acordo com a doutrina administrativista, ou o controle é administrativo ou é judicial.
- C) O sistema de controle interno deve apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- D) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

13. Analise os seguintes itens acerca do princípio da eficiência:

- I. O desempenho da função administrativa com eficiência não pode contrariar o princípio da legalidade;
- II. O princípio da eficiência, introduzido expressamente na Constituição Federal em 1988, está associado à administração pública gerencial;
- III. No contrato de gestão, a necessidade de fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade é decorrência do princípio da eficiência;

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) I somente.
- B) I e II somente.
- C) I e III somente.
- D) Todos os itens.

14. Analise os seguintes itens referentes aos contratos administrativos:

- I. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, mas não será atualizada monetariamente;
- II. II – As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado;
- III. III – A duração dos contratos administrativos não estará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, quando for celebrado com prazo indeterminado;

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) I somente.
- B) II somente.
- C) III somente.
- D) I e III somente.

15. Sobre a responsabilidade extracontratual do Estado, analise os itens a seguir:

- I. O princípio da responsabilidade objetiva não pode ser relativizado, sob pena de afrontar a dignidade da vítima do evento danoso;
- II. A culpa concorrente da vítima não exclui a responsabilidade civil do Estado;
- III. O caso fortuito e a força maior excluem a responsabilidade civil do Estado mesmo quando for aplicável a teoria da culpa do serviço público (*faute du service*);

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) I somente.
- B) II somente.
- C) I e II somente.
- D) II e III somente.

DIREITO CONSTITUCIONAL

16. A seguridade social será financiada por toda a sociedade mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e também pelo seguinte tributo:

- A) Contribuição de melhoria.
- B) Imposto sobre grandes fortunas.
- C) Contribuição social do exportador de bens ou serviços para o exterior.
- D) Contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos.

17. Sobre o regime da Advocacia Pública, assinale a alternativa correta:

- A) O Procurador-Geral do Município deve ser escolhido dentre cidadãos maiores de trinta anos.
- B) O ingresso nas classes iniciais da carreira de Procurador do Município far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, com participação obrigatória da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.
- C) O Procurador-Geral do Município deve ser escolhido dentre cidadãos de razoável saber jurídico e reputação ilibada.
- D) À Procuradoria-Geral do Município compete a atividade de assessoramento jurídico do Poder Executivo.

18. O Conselho Nacional de Justiça será composto por:

- A) 11 membros.
- B) Um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- C) Quatro advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- D) Um juiz estadual, indicado pelo respectivo Tribunal de Justiça.

19. Sobre o direito à saúde, a assistência social e a educação, analise os itens abaixo:

- I. Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil;
- II. É facultado aos Municípios vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até dois décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais;
- III. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos de lei complementar, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, excluídas as de capital estrangeiro;

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) I somente.
- B) II somente.
- C) III somente.
- D) Todos os itens.

20. Pode propor a ação declaratória de constitucionalidade

- A) o prefeito.
- B) qualquer partido político.
- C) a mesa da câmara legislativa do distrito federal.
- D) o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

21. Não compete ao Supremo Tribunal Federal

- A) as ações contra o conselho nacional do ministério público.
- B) a homologação de sentenças estrangeiras.
- C) os conflitos de competência entre tribunais superiores.
- D) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados.

22. Assinale abaixo o órgão jurisdicional competente para julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município:

- A) Tribunal de Justiça.
- B) Tribunal Regional Federal.
- C) Supremo Tribunal Federal.
- D) Superior Tribunal de Justiça.

23. Sobre a criação e organização dos municípios, assinale a alternativa correta:

- A) O Distrito Federal pode ser dividido em Municípios.
- B) É vedado o desmembramento de Municípios.
- C) A fusão de Municípios dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- D) A criação de Municípios far-se-á por lei federal.

24. Acerca da descentralização e cooperação administrativa na Federação brasileira, assinale a alternativa correta:

- A) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- B) Os Municípios poderão, mediante lei, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- C) A instituição de aglomerações urbanas se dará através da Lei Orgânica do Município.
- D) Estados e Municípios não poderão instituir microrregiões.

25. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I. Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- II. Tratamento favorecido para pequenas e médias empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País;
- III. Regulação da concorrência e combate aos monopólios.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) I somente.
- B) II somente.
- C) III somente.
- D) Todos os itens.

26. Sobre o Poder Legislativo, assinale a alternativa correta:

- A) Exige-se a sanção do Presidente da República para a aprovação do estado de defesa e da intervenção federal.
- B) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.
- C) Compete privativamente à Câmara dos Deputados dispor sobre a concessão de anistia.
- D) Compete privativamente ao Senado Federal proceder a tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentada ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

27. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis sobre

- A) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- B) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- C) estado de defesa e estado de sítio.
- D) normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

28. Assinale abaixo a característica relativa ao controle concentrado de constitucionalidade:

- A) Impossibilidade de análise da inconstitucionalidade por omissão.
- B) Necessidade de Resolução do Senado Federal para fins de suspensão da lei declarada inconstitucional.
- C) Qualquer juiz ou tribunal poderá realizar o controle de constitucionalidade.
- D) Os efeitos da decisão de inconstitucionalidade são *erga omnes*.

29. Sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), assinale a alternativa **incorreta**:

- A) A ADPF pode ser autônoma ou incidental.
- B) O princípio da subsidiariedade não é aplicável ao cabimento da ADPF.
- C) Admite-se a concessão de liminar no trâmite processual da ADPF.
- D) A ADPF tem caráter preventivo ou repressivo.

30. Analise os itens abaixo sobre as disposições constitucionais aplicáveis à União, aos Estados e aos Municípios:

- I. São bens dos Estados os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;
 - II. Compete privativamente à União legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
 - III. A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, se dará através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
- Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) I somente.
- B) II somente.
- C) III somente.
- D) Todos os itens.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. Assinale abaixo a espécie recursal que não é mais cabível no processo civil brasileiro vigente:

- A) Agravo interno.
- B) Recurso ordinário.
- C) Embargos infringentes.
- D) Agravo em recurso especial.

32. A Fazenda Pública municipal deve apresentar contrarrazões de agravo de instrumento no prazo de

- A) 05 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 30 dias.

33. Acerca dos processos nos Tribunais, assinale a alternativa correta:

- A) Ao editar enunciados de súmula, os tribunais não estão obrigados a se ater às circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação.
- B) A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia.
- C) O julgamento de casos repetitivos tem por objeto apenas questão de direito material.
- D) Na hipótese de alteração de jurisprudência oriunda de julgamento de casos repetitivos, não poderá haver modulação dos efeitos da alteração.

34. Acerca da antecipação da tutela de mérito e das tutelas de urgência, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) Na concessão de tutela provisória de urgência, a parte afetada pela decisão não precisa ser previamente ouvida.
- B) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
- C) A tutela da evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- D) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

35. Acerca da ação rescisória, analise os itens a seguir:

- I. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando se verificar que foi proferida por força de corrupção do juiz;
- II. A ação rescisória pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão;
- III. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) Todos os itens.
- B) I somente.
- C) II somente.
- D) III somente.

36. Não haverá resolução de mérito quando o juiz

- A) rejeitar o pedido formulado na ação.
- B) decidir sobre a ocorrência de decadência.
- C) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem.
- D) rejeitar o pedido formulado na reconvenção.

37. Acerca do recurso extraordinário e da repercussão geral, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) Se o Supremo Tribunal Federal considerar como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no recurso extraordinário, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, remetê-lo-á ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento como recurso especial.
- B) O Supremo Tribunal Federal poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.
- C) O recorrente deverá demonstrar a existência de repercussão geral para apreciação exclusiva pelo Supremo Tribunal Federal.
- D) Cabe recurso contra a decisão que nega conhecimento a recurso extraordinário, ainda que a questão constitucional nele versada não tenha repercussão geral.

38. Acerca da coisa julgada, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.
- B) Denomina-se coisa julgada formal a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- C) Não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- D) Não faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

39. O juiz resolverá o mérito quando

- A) homologar a transação.
- B) indeferir a petição inicial.
- C) homologar a desistência da ação.
- D) reconhecer a existência de preempção.

40. De acordo com o Código de Processo Civil, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público. Entretanto, essa remessa necessária não se aplica quando:

- I. A sentença estiver fundada em súmula do Tribunal de Justiça;
- II. A condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos;
- III. A sentença estiver fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) I somente.
- B) II somente.
- C) III somente.
- D) Todos os itens.

41. Sobre a contestação e a reconvenção, assinale a alternativa correta:

- A) Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias.
- B) O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.
- C) A desistência da ação obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- D) Depois da contestação, não é lícito ao réu deduzir novas alegações.

42. De acordo com as disposições do Código de Processo Civil sobre litisconsórcio e intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta:

- A) Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.
- B) O litisconsórcio será unitário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- C) O litisconsórcio será facultativo quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz puder decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- D) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, mas nem todos devem ser intimados dos respectivos atos.

43. No julgamento antecipado parcial do mérito, a decisão proferida é impugnável por

- A) Apelação.
- B) Agravo retido.
- C) Recurso adesivo.
- D) Agravo de instrumento.

44. Acerca das provas no Código de Processo Civil, analise os itens abaixo:

- I. A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar;
- II. Não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade;
- III. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) Todos os itens.
- B) I somente.
- C) II somente.
- D) III somente.

45. De acordo com o Código de Processo Civil, o prazo para os recorrentes em geral interpor embargos de divergência é de

- A) 05 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 30 dias.

DIREITO TRIBUTÁRIO FINANCEIRO

46. De acordo com a Lei nº 4.320/64, assinale abaixo o que não integrará a Lei do Orçamento:

- A) Sumário geral da receita por fontes.
- B) Balanço patrimonial do exercício anterior.
- C) Sumário geral da despesa por funções do Governo.
- D) Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas.

47. De acordo com a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa **incorreta**:

- A) O Anexo de Metas Fiscais constará da lei orçamentária anual, mas não integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- B) É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- C) A lei de diretrizes orçamentárias disporá também normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- D) Entende-se por empresa controlada a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

48. No campo das Finanças Públicas, Lei Complementar disporá sobre:

- I. Emissão e resgate de títulos da dívida pública;
- II. Fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;
- III. Operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades dos Municípios.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) I somente.
- B) I e II somente.
- C) II e III somente.
- D) Todos os itens.

49. Preencha corretamente a seguinte lacuna: As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de _____ da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

- A) 1,2%
- B) 1,5%
- C) 1,7%
- D) 2,1%

50. Na execução fiscal, se o executado estiver ausente do País, será citado por edital, com prazo de

- A) 30 dias.
- B) 45 dias.
- C) 60 dias.
- D) 90 dias.

51. Sobre a matéria orçamentária, assinale a alternativa correta:

- A) As leis de diretrizes orçamentárias não são de iniciativa do Poder Executivo, mas do Congresso Nacional.
- B) O plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- C) O plano plurianual estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- D) O orçamento da seguridade social não deve ser inserido na lei orçamentária anual, e sim na lei de diretrizes orçamentárias.

52. Preencha corretamente a seguinte lacuna: Pertencem aos Municípios _____ do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

- A) 5%
- B) 10%
- C) 25%
- D) 50%

53. Com relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), julgue os itens abaixo:

- I. O IPTU poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel;
- II. É vedado que o IPTU tenha alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel;
- III. Lei complementar fixará as alíquotas máximas e mínimas do IPTU.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) I somente.
- B) II somente.
- C) I e III somente.
- D) Todos os itens.

54. A instituição do Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, é de competência

- A) da união.
- B) dos municípios.
- C) dos estados e distrito federal.
- D) dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

55. Sobre o Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), assinale a alternativa correta:

- A) O ISS deverá ser seletivo, em função da essencialidade dos serviços.
- B) As alíquotas mínimas e máximas do ISS serão fixadas pelo Senado Federal.
- C) Os serviços de qualquer natureza estão definidos em lei ou decreto.
- D) É vedado ao Município cobrar ISS no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou.

56. Acerca do processo de execução fiscal, analise os itens a seguir:

- I. A citação será feita preferencialmente por mandado cumprido pelo oficial de justiça, salvo se a Fazenda Pública a requerer por outra forma;
- II. O executado será citado para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução;
- III. A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa poderão constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) I somente.
- B) II somente.
- C) III somente.
- D) Todos os itens.

57. Assinale abaixo o imposto para o qual se aplica a norma de que a União, os Estados e os Municípios não podem cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou:

- A) Imposto de exportação.
- B) Imposto sobre produtos industrializados.
- C) Imposto sobre a propriedade territorial rural.
- D) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro.

58. Acerca das limitações do poder de tributar, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, exceto suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

59. De acordo com o Código Tributário Nacional, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, em primeiro lugar.

- A) a analogia.
- B) a equidade.
- C) os princípios gerais de direito tributário.
- D) os princípios gerais de direito público.

60. Acerca do fato gerador e da obrigação tributária, analise os itens a seguir:

- I. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente;
- II. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal;
- III. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) I somente.
- B) II somente.
- C) III somente.
- D) Todos os itens.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

61. Acerca do contrato individual de trabalho, assinale a alternativa correta:

- A) O contrato de trabalho deve ser sempre expresso, em razão do princípio da formalidade que o rege e para evitar fraudes, sendo que a prova do contrato individual do trabalho será feita exclusivamente pelas anotações constantes da carteira profissional ou por instrumento escrito.
- B) O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 1 (um) ano e nem o contrato de experiência exceder de 90 (noventa) dias.
- C) As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas, ainda que contrariamente aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis.
- D) Com a reforma trabalhista, surgiu a figura do contrato de trabalho intermitente, caracterizado pela prestação de serviços com subordinação, porém sem continuidade, havendo alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade.

62. Assinale a seguir qual hipótese não permite que o empregado deixe de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- A) Pelo tempo que se fizer necessário, para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consultas médicas.
- B) Até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.
- C) Até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento.
- D) Por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.

63. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, podendo parte dele ser pago *in natura* e parte em dinheiro, desde que essa última parcela não seja inferior a 30% do total.
- II. Salário profissional consiste na menor remuneração, fixada em lei, para uma determinada categoria de profissional liberal.
- III. Salário normativo equivale ao piso salarial, consistindo no menor valor de remuneração, fixado em norma, para empregados de uma determinada categoria.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) Todos os itens são verdadeiros;
- B) Está correto apenas o item I e II;
- C) Estão corretos os itens I e III;
- D) Estão corretos os itens II e III;

64. Determinado município possui um contrato com a empresa privada "Via Expressa Transportes Ltda." Por meio deste contrato, a empresa, com seus funcionários, obrigou-se a fazer todos os transportes necessários à execução dos serviços públicos municipais. Ocorre que, por estar enfrentando dificuldades financeiras, a empresa passou a não mais pagar os salários e demais verbas trabalhistas de seus funcionários. Em face dessa situação e à luz da legislação e jurisprudência do STF, pode-se afirmar que:

- A) A inadimplência da empresa "Via Expressa Transportes Ltda.", com relação aos encargos trabalhistas, transfere, em regra, para a Prefeitura Municipal a responsabilidade solidária por seu pagamento.
- B) A inadimplência da empresa "Via Expressa Transportes Ltda.", com relação aos encargos trabalhistas, em nenhuma hipótese transfere para a Prefeitura Municipal a responsabilidade por seu pagamento, seja de modo solidário ou subsidiário.
- C) A inadimplência da empresa "Via Expressa Transportes Ltda.", com relação aos encargos trabalhistas, não transfere automaticamente para a Prefeitura Municipal a responsabilidade por seu pagamento, somente ocorrendo a transferência caso se comprove, com elementos concretos de prova, que houve falha do Poder Público Municipal na fiscalização do contrato.
- D) A inadimplência da empresa "Via Expressa Transportes Ltda.", com relação aos encargos trabalhistas, transfere para a Prefeitura Municipal a responsabilidade por seu pagamento caso esta não consiga afastar a culpa "in vigilando", ou seja, a falta de fiscalização acerca do cumprimento pontual das obrigações trabalhistas por parte da empresa.

65. Acerca da competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- B) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar a execução, de ofício, das contribuições sociais para seguridade social e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.
- C) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- D) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que envolvam exercício do direito de greve, inclusive dos empregados públicos da Administração direta, autárquica e fundacional.

66. Sobre os recursos no processo do trabalho, analise os itens a seguir

- I. Da decisão de um juiz em sede de execução trabalhista, cabe agravo de petição no prazo de 8 (oito) dias;
- II. O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica, podendo o relator denegar-lhe seguimento, em decisão monocrática, cabendo agravo desta decisão para o colegiado;
- III. Cabe recurso ordinário, para a instância superior, das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) Todos os itens são verdadeiros;
- B) Estão correto apenas o item I e II;
- C) Estão corretos os itens I e III;
- D) Estão corretos os itens II e III;

67. Sobre a sentença normativa na justiça do trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) A sentença normativa vigorará a partir do dia imediato ao termo final de vigência da convenção, acordo ou sentença normativa em vigor desde que ajuizado dissídio coletivo a qualquer tempo antes de finalizar o termo.
- B) Decorrido mais de 1 (um) ano de sua vigência, caberá revisão das decisões que fixarem condições de trabalho, quando se tiverem modificado as circunstâncias que as ditaram, de modo que tais condições se hajam tornado injustas ou inaplicáveis.
- C) Os efeitos da sentença normativa serão sempre *erga omnes*, abrangendo todas as entidades sindicais que suscitaram o dissídio, bem como todos os profissionais daquela categoria, sejam associados ou não às entidades.
- D) O prazo máximo de vigência da sentença normativa será de cinco anos.

68. Sobre a ação rescisória na Justiça do Trabalho, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Em razão do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), a ação agora está sujeita ao depósito prévio de apenas 5% (cinco por cento) do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor;
- II. A execução da decisão proferida em ação rescisória far-se-á nos próprios autos da ação que lhe deu origem, e será instruída com o acórdão da rescisória e a respectiva certidão de trânsito em julgado;
- III. Para efeito de ação rescisória, considera-se prova nova a cronologicamente velha, já existente ao tempo do trânsito em julgado da decisão rescindenda, mas ignorada pelo interessado ou de impossível utilização, à época, no processo.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) Todos os itens são verdadeiros;
- B) Estão corretos apenas o item I e II;
- C) Estão corretos os itens II e III;
- D) Estão corretos os itens I e III;

DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL

69. No que concerne às Unidades de Conservação da Natureza, assinale a alternativa correta:

- A) A Estação Ecológica, a Reserva Biológica, a Área de Proteção Ambiental, o Monumento Natural e o Refúgio de Vida Silvestre constituem o grupo de unidades de proteção integral.
- B) As unidades de conservação, à exceção apenas da Área de Proteção Ambiental, devem possuir uma zona de amortecimento.
- C) Apenas a União, os estados e o Distrito Federal podem constituir unidades de conservação, não havendo previsão dessa competência específica aos municípios.
- D) O Plano de Manejo das unidades de conservação deve abranger não apenas a área da unidade de conservação, mas também sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos.

70. Assinale a alternativa que está de acordo com o Código Florestal:

- A) A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas no Código.
- B) O percentual mínimo, a título de reserva legal, de imóvel rural localizado nas demais regiões do país que não a Amazônia Legal é de 35%
- C) O Código Florestal não admite exploração econômica da Reserva Legal.
- D) Compete ao Poder Público estadual a instituição de áreas verdes com recursos oriundos, dentre outros, da compensação ambiental.

71. Acerca da proteção constitucional do meio ambiente e da divisão de competências em matéria ambiental, analise os itens a seguir:

- I. Muito embora a Constituição estabeleça competência concorrente para legislar sobre diversas matérias relacionadas ao meio ambiente, compete privativamente à União legislar sobre águas.
- II. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente natural, cultural e do trabalho.
- III. Os municípios também têm competência legislativa em matéria ambiental, devendo, no entanto, levar em consideração o interesse local e não confrontar a legislação estadual e federal sobre um mesmo assunto.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) Todos os itens são verdadeiros;
- B) Estão corretos apenas o item I e II;
- C) Estão corretos os itens I e III;
- D) Estão corretos os itens II e III;

72. Com base nas disposições constitucionais e na jurisprudência dos tribunais superiores em matéria de dano ambiental, analise os itens a seguir:

- I. A pretensão reparatória do dano ambiental difuso tem caráter imprescritível e a reparação *in natura* prefere à *in pecúnia*;
- II. A responsabilidade civil em matéria de dano ambiental é de natureza objetiva e baseada no risco integral;
- III. A degradação amparada em licença ambiental não exime o licenciado da responsabilização civil, que tem caráter sancionatório;

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) Todos os itens são verdadeiros;
- B) Estão corretos apenas o item I e II;
- C) Estão corretos os itens I e III;
- D) Estão corretos os itens II e III;

73. Assinale uma medida que **não** caracteriza diretriz da Política Nacional de Mobilidade Urbana:

- A) Integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos.
- B) Prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado.
- C) Mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade.
- D) Priorização de projetos de transporte público metroviário em relação ao rodoviário e ferroviário.

74. Assinale a seguir qual medida de proteção ambiental **não** é exigida para o parcelamento de solo urbano, conforme a Lei 6.766/79:

- A) Infraestrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) devem conter escoamento das águas pluviais, rede para o abastecimento de água potável e soluções para o esgotamento sanitário.
- B) Proibição de parcelamento do solo em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação.
- C) Reserva de faixa não-edificável vinculada a dutovias a ser exigida, se necessário, no âmbito do licenciamento ambiental dos loteamentos, observados critérios e parâmetros que garantam a segurança da população e a proteção do meio ambiente, conforme estabelecido nas normas técnicas pertinentes.
- D) Demarcação, no projeto e no licenciamento ambiental, da localização da área destinada à reserva legal.

75. No que tange à usucapião especial de imóvel urbano, previsto no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), assinale a alternativa correta:

- A) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente da utilização dada ao bem.
- B) Para efeito de contagem do prazo aquisitivo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, a posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.
- C) A usucapião especial não será reconhecida ao mesmo possuidor mais de uma vez dentro do prazo de cinco anos, após o que torna a ser possível.
- D) O Estatuto da Cidade não permite usucapião especial de imóvel urbano coletiva.

76. Sobre a tutela da Ordem Jurídico-Urbanística, analise os itens a seguir:

- I. Os municípios têm legitimidade para propor ação civil pública e a ação cautelar respectiva em caso de lesão a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico municipais, seja litisconsorciando-se com outros legitimados ou fazendo-o isoladamente.
- II. Qualquer brasileiro processualmente capaz pode ajuizar ação popular a fim de pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio dos Municípios.
- III. Os termos de ajustamento de conduta constituem instrumentos com eficácia de título executivo extrajudicial mediante os quais os municípios podem ajustar, por exemplo, com poluidores o cumprimento das exigências da legislação ambiental.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) Estão corretos os itens I e III;
- B) Estão corretos apenas o item I e II;
- C) Estão corretos os itens II e III;
- D) Todos os itens são verdadeiros.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

77. Acerca da aplicação da lei penal, analise o que segue:

- I. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado;
- II. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a administração pública, por quem está a seu serviço;
- III. Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) I, II e III.

78. Assinale abaixo a conclusão correta acerca do seguinte: "Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de concurso público".

- A) Trata-se de crime contra a fé pública.
- B) Trata-se de crime contra a Administração Pública.
- C) Trata-se de crime praticado contra a Administração da Justiça.
- D) Trata-se de crime praticado por funcionário público contra a Administração em geral.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

79. Acerca do penhor, anticrese e hipoteca, assinale a alternativa correta:

- A) O credor anticrético tem direito a reter em seu poder o bem, enquanto a dívida não for paga; extingue-se esse direito decorridos quinze anos da data de sua constituição.
- B) O instrumento do penhor comum não precisa ser levado a registro no Cartório de Títulos e Documentos.
- C) É válida a cláusula que autoriza o credor pignoratício a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- D) O penhor, também conhecido por penhora, consiste na constrição de bem móvel.

80. Acerca das sociedades limitadas, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- B) O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.
- C) A administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- D) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.